O Papel do Político na Construção do Espaço dos Homens*

Mário Cezar Tompes da Silva

A nossa análise do papel do político na produção do espaço social parte do **pressuposto** de que a organização do espaço possui uma função eficaz na manutenção e reprodução das **relações** de poder **estabelecidas**, que essa organização não se apresenta como tabula rasa, um dado neutro no embate político.

Ao colocarmos o objetivo de examinar a função do político na construção do espaço, pretendemos relevar aquela dimensão, ressaltar a sua **constância** no processo de organização do espaço social. Em outros termos, trata-se de resgatar a importância do político para um desvendamento mais rico, amplo e sugestivo a respeito do processo de estruturação-reestruturação do espaço, um entendimento que não mais se restrinja aos desdobramentos de uma análise **de** cunho eminentemente econômico.

Almejamos pensar a trama do político não mais exclusivamente na qualidade de produto reflexo de interesses econômicos que a envolvem. Nesse sentido, gostaríamos de recordar com Lefort¹ que as condições históricas em que vivemos testemunham uma nova sensibilidade para o político, **o** que torna insuficiente uma análise exclusivamente fundada em termos de relações de **produção** ou de propriedade.

Porém, não se trata aqui de cair no extremo oposto de um reducionismo político, apenas torna-se imperativo reconhecer o político ~~como uma dimensão essencial da~~ totalidade social e com um papel fundamental na organização do espaço social. Fundamental, sem dúvida, ~~relatório final apresentado no curso de diploma de pós-graduação "Construção do espaço e política", ministrado no 1º semestre de 1987.~~

¹ LEFORT, Claude - *A Invenção Democrática*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

porem, não determinante. A determinação seria produto da totalidade ou da práxis global dos homens e não privilegio de apenas uma de suas dimensões.

Na verdade, queremos alertar para o risco em Geografia de uma redução ao econômico, um economicismo estreito que sufoque as demais dimensões do real, que nos deixe cegos e paralisados frente a ação do político. Encontramo-nos frente a uma situação onde se configura procedente a suspeita de uma recusa, até mesmo em certas correntes de uma Geografia que se pretende militante, de se pensar o espaço a partir do campo de ação do político.

O pouco relevo do político no âmbito da Geografia Crítica (ou em grande parte das vertentes que a compõem) deve-se, em parte, à predominante filiação marxista dessa corrente, ou, mais precisamente à posição secundária do político e da questão acerca do poder na obra marxiana. Tal fato, naturalmente, não invalida a profícua contribuição de Marx no exame da **sociedade** capitalista a partir da esfera da produção, nem sua utilização pela Geografia Crítica.

Contudo, é necessário nos colocarmos alertas frente a essa insuficiência em Marx. Assim, é, por exemplo, dessa lacuna que trata Lefort quando observa:

"O que lhe pertence propriamente (a Marx) - e que, paradoxalmente lhe permitirá talvez decifrar uma realidade que os outros ignoram ou apenas entrevêem, a das relações de produção e das relações de classe - é sua rejeição do político (e quão sensível), antes mesmo de ter conquistado seu domínio de interpretação. A crítica do indivíduo exerce-se imediatamente nos horizontes de uma teoria da sociedade na qual se encontram abolidas a dimensão do poder e, com esta, a dimensão da lei e a do saber".²

Porém, é Vesentini quem nos chama mais diretamente a atenção para as imbricações entre o poder e a organização dos espaços e a necessidade de superarmos as insuficiências de Marx nesse terreno:

"sede do poder, terreno de novas lutas engendradas pelo capitalismo... O espaço encerrando esses elementos nos coloca frente a questões não enfrentadas pela idéia marxista de produção e de trabalho. De fato, essa tradição discursiva nos legou um rico instrumental teórico para captar a exploração

² LEFORT, C. - *A Invenção Democrática*, op. cit., p. 51.

econômica, a distribuição, as trocas...; mas o poder, a dominação e suas inextrincáveis relações com o espaço constituem campos quase que inexplorados".³

Contudo, nessa questão da quase ausência do político em Geografia não podemos correr o risco da precipitação e inferir conclusões que por serem apressadas não reflitam corretamente as razões de uma certa resistência em trabalhar o político no âmbito do saber geográfico.

Na realidade, essa resistência se confundiu, até pouco tempo atrás, com o receio de se cair nas armadilhas de um discurso geopolítico, enquanto discurso apologético do Estado. Isso, evidentemente, representou um obstáculo que até recentemente se viu reforçado pela postura positivista de guardar distância dos embates políticos a fim de preservar uma necessária neutralidade científica.

A sensação de receio e insegurança no tratamento da questão política no âmbito do saber geográfico, naturalmente, somente seria equacionada em um contexto de ultrapassagem do próprio positivismo e de superação das camisas de força ideológicas representadas pelos pressupostos desse método (o do saber não comprometido, asséptico etc).

Dessa forma, foi somente com o ulterior advento de uma Geografia militante e abertamente comprometida, mesmo apresentando uma certa tendência economicista conforme constatamos acima, que inegavelmente são criadas as condições para o exame da interferência do político no ordenamento do espaço dos homens.

Porém, nesse momento, diversamente do pesado legado da Geopolítica, é possível tratar o político em Geografia a partir de uma nova postura, não mais orientada a serviço de aparelhos de Estado ou de nacionalismos, mas comprometida com a luta pelas conquistas democráticas e pela ampliação da cidadania.

Nos encontramos convencidos mesmo de que a importância decisiva de um resgate do papel do político para a prática dos geógrafos reside precisamente no fato de que a problemática em torno da construção de uma sociedade democrática passa necessariamente, entre outras, pela questão da organização dos espaços.

Por outro lado, a urgência de valorização do político em Geografia ganha um novo relevo por envolver ainda a questão fundamental do poder, essencial para um correto e integral deciframento da lógica que dirige o processo de reprodução do espaço dos homens.

³ VESENTINI, J. William - *A Capital da Geopolítica*. São Paulo. Ática, 1987, p. 41.

Nesse sentido e H. Lefébvre⁴ quem apropriadamente nos chama a atenção para a transformação do espaço em instrumento através do qual se exerce o poder. Segundo esse autor, tal papel exercido pelo espaço desempenha mesmo uma função importante na sobrevivência e manutenção da sociedade capitalista.

Lefébvre, após constatar que o capitalismo consegue sobreviver e permanecer a despeito de sucessivas e constantes crises, e de questionar-se por que esse sistema social resiste apesar de seriamente golpeado, conclui que essa sobrevivência deve-se à constante reprodução das relações de produção.

Discorda de que a responsabilidade pela reprodução das relações de produção resida no modo de produção capitalista. Entende que a persistência dessas relações se deve ao Estado enquanto legislador e enquanto capacidade repressiva, o qual se constitui no lugar privilegiado onde se situam *os pensamentos estratégicos* que utilizam as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores dispõem.

Essa é uma *estratégia global* que constitui uma *totalidade nova* cujos elementos são o cotidiano, o urbano e as diferenças. Porém, acrescenta Lefébvre, não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução das relações de produção, é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo o espaço torna-se a sede do poder.

O que outro autor complementa observando que "o meio (e o local) pelo qual se exerce o poder, a dominação, sempre foi, nas sociedades de Estado, e, especialmente, no capitalismo, o espaço".⁵

E nesse contexto, a conquista e a manutenção do poder (a política, enfim) adquirem uma relevância insuspeita, situando-se acima das motivações econômicas.

Assim, ainda segundo Lefébvre, a estratégia global, essa totalidade nova "tem como fim a reprodução das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção (...). As relações de dominação que originariamente subentendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais. A vontade de poder (as capacidades de coação e de violência) passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca de superlucro (lucro máximo)".⁶

⁴ LEFÉBVRE, Henri - Estrutura social: a reprodução das relações sociais, in. Foracchi, M. M. e Martins, J. de S., orgs. *Sociologia e Sociedade*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

⁵ VASENTINI, J. William - A *Capital da Geopolítica*, op. cit., p. 40.

⁶ LEFÉBVRE, H. - *Estrutura Social: a Reprodução das Relações Sociais*, op. cit., p. 248.

O espaço é cada vez mais dominado pela estratégia (produzida a partir do Estado). Mas, ao mesmo tempo em que essa estratégia vai produzindo um espaço preñado de pressões e constrangimentos, são postas as condições para o surgimento das contradições espaciais, a criação de espaços de luta e de resistência.

Assim, "o controle do espaço torna-se num ponto de partida para o seu incessante desenvolvimento (das forças produtivas capitalistas), (mas também para) a resistência dos explorados, ao se recusarem a ser tratados como peões que se deslocam como mão-de-obra manejável, como **capital**, variável (... e móvel), engendrando novos terrenos de luta"⁷.

Dessa forma, compreendemos não ser mais possível pensar o processo de produção do espaço do homem a partir exclusivamente das relações de produção e trabalho. Se desejamos um desvendamento mais sugestivo e revelador desse espaço necessitamos adquirir uma nova sensibilidade para a dimensão política.

De nossa parte, tentaremos contribuir nessa direção recorrendo à história, ou seja, pinçando e examinando dois exemplos históricos capazes de nos fornecer as situações concretas a partir das quais possamos explorar e desvendar com segurança a dimensão política inerente ao processo de construção do espaço dos homens.

Na verdade, a história tem nos fornecido constantes e ilustrativos exemplos. Porém, poucos talvez sejam tão ilustrativos quanto o apresentado pela revolução soviética de outubro.

Durante os anos imediatamente pós-revolucionários, os debates em torno do modelo e do rumo que deveria seguir a nova sociedade socialista eram acesos e vigorosos. Entre as diversas questões que se encontravam na ordem do dia, uma correspondia à orientação que deveria tomar a nova organização dos espaços (a casa, a cidade, as fábricas, a relação cidade/campo) etc).

As diversas propostas que surgiram naquele momento de efervescência se polarizaram, sobretudo após 1929, em duas grandes correntes de urbanistas e arquitetos que vão se configurar a partir do posicionamento de cada uma delas frente a estratégia de organização que deve ser adotada para a nova **sociedade** revolucionada.

Uma dessas correntes compreendeu que deveria ocorrer uma ruptura radical frente a ordenação espacial herdada que correspondesse e possibilitasse acelerar a mudança revolucionária mais ampla da própria sociedade. Para tanto defendiam um processo de descentralização urbana que deveria tender no limite para a gradual extinção da cidade, sobretudo da

⁷ LIPIETZ, Alain. *Le Capital et son Espace*. Paris, Maspero, 1977, p. 10-11. apud VESENTINI, J.W. São Paulo. Ática, 1986, p. 41.

grande cidade. A meta explícita era desencadear efetivamente um processo de desurbanização na sociedade.

Os desurbanistas, como passaram a ser conhecidos os adeptos dessa tendência, perceberam as perspectivas de autonomia política que uma organização dos espaços embasada na dispersão da população no território colocava como possibilidade. A partir daí, propuseram a descentralização da cidade e da população no espaço enquanto estratégia eficiente de pulverização do poder nos interstícios da própria sociedade.

Intuíram o potencial de autonomia que poderia advir da distribuição mais equilibrada no território, onde as definições políticas fossem produto de coletivos locais e não o resultado de decisões de um poder central que o ordenamento do espaço com base na cidade-capital e na hierarquia urbana subentende.

Na verdade, essa proposta revela uma sensibilidade atenta para a dimensão política que a organização dos espaços envolve. Compreende que o espaço é um eficiente instrumento político e sendo assim deve ser repensado e posto a serviço da efetiva construção de uma sociedade de homens livres.

De forma que, nas palavras de Rodrigues "os desurbanistas queriam uma sociedade cuja organização espacial favorecesse a repartição da responsabilidade coletiva entre os múltiplos centros".

Já a segunda corrente de urbanistas e arquitetos soviéticos optou pela via inversa, a do crescimento urbano-industrial (formação de megalópoles e de grandes concentrações urbano-industriais), o que implicava uma organização do espaço urbano fortemente hierarquizada que servisse de correia de transmissão para as decisões centralizadas produzidas por um planejamento estatal onisciente assentado em um modelo de sociedade rigidamente ordenada a partir de um poder central.

Na realidade, essa segunda concepção reflete um reducionismo econômico, reflexo de seu atrelamento a um modelo de socialismo que situa a questão democrática em segundo plano, que adia as discussões em torno das liberdades para somente após a consolidação do crescimento econômico.

Assim, "a concepção dos desurbanistas opõe-se completamente ao desvio economicista (presente tanto no pensamento de Stalin como no de Trotski) segundo o qual o fator principal de modificação social era um

8 RODRIGUES, A. Jacinto - Urbanismo e Revolução. Porto. Afrontamento, 1975, p. 60.

crescimento econômico rápido, qualquer que fosse sua natureza. Este crescimento deveria resolver, por si só, os problemas sociais".

Essas vertentes refletem duas concepções distintas de socialismo. Os desurbanistas revelam uma acesa preocupação em torno das questões democráticas e pensam o espaço enquanto importante ferramenta na luta pela conquista de autonomia e participação por parte da *sociedade*.

Assim, somam com aqueles que "pensam que o problema da organização da vida e do trabalho necessário não pode ser resolvido por uma imensa centralização que funciona por magia e onde ninguém se sente responsável; pensam, pelo contrário, que a unidade administrativa deverá ser suficientemente pequena para que cada cidadão sinta diretamente que cada detalhe lhe diz respeito, que o indivíduo não pode renunciar aos assuntos da vida em proveito de uma abstração que se chama Estado, mas que pelo contrário devem ser tratados em colaboração consciente com este, que a variedade na vida é tão digna como a igualdade das condições (...) e que só uma verdadeira síntese destas duas idéias poderá instaurar verdadeiramente a liberdade".

Esse entendimento apresenta-se em confronto com uma concepção de Socialismo que não consegue encobrir sua filiação autoritária patenteada em um socialismo de Estado centralizado e fortemente burocratizado. Tal concepção, por outro lado, vai apresentar-se com um vincado viés positivista-tecnicista que se assentará em uma crença excessiva no desenvolvimento proporcionado pela técnica e no seu papel de desencadeador de mudanças. Na feliz expressão de Rodrigues, a partir dessa concepção, "de certa forma, serão os êxitos técnicos que imprimirão uma mudança social".⁹ É como se a conquista do socialismo deixasse de ser uma tarefa política para ser cada vez mais o resultado do aprimoramento tecnológico.

Distintamente, o desurbanismo não se apresentará "como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política que, desde os anos vinte, não se desenvolvia só na URSS, mas também no estrangeiro, no seio dos PCs europeus (...). Era uma crítica de esquerda que opunha-se às formas burocráticas de poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição. Ela denunciava o aniquilamento das contradições, a recusa de fazer participar as massas na luta ideológica. Ora

⁹ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 15

¹⁰ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 58.

¹¹ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 60.

só esta participação pode permitir a construção de um socialismo criador e libertador".¹²

Porem, no embate posterior entre as duas tendências, os desurbanistas foram severamente criticados e suas propostas deformadas e desacreditadas. A magia da técnica e a posterior orientação repressiva consolidada com o advento do stalinismo permitiu o triunfo do modelo de urbanização acelerado, concentrada espacialmente e dirigida do alto pelo planejamento.

É nesse contexto que é concebida a "cidade socialista" criada por "urbanistas defensores, numa orientação mecanicista, do habitat ultra-coletivista. É especialmente o caso de Babenkov, Vlasov e Poliakov, nos seus projetos para a cidade nova de Novossibirsk (...) Kouzmin, na mesma perspectiva, propunha uma comuna máquina, que implicava uma coerção ainda maior no modo de vida".¹³

Posteriormente, "a cidade máquina" "marcou de uma maneira caricatural a orientação geral do urbanismo soviético dos anos seguintes"¹⁴ crescentemente orientado por máquinas de habitar funcionais, mas que não passavam, na realidade, de sistemas constrangentes e repressivos.

Tal estado de coisas repercutirá inclusive no desvio de projetos que originalmente objetivavam a ampliação das liberdades. É, por exemplo, o caso das casas comunas que em certo momento foram pensadas a partir da perspectiva aberta pelas discussões em torno da liberação sexual, da emancipação feminina e colocadas enquanto prática que visava superar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual onde, durante a elaboração do projeto, além dos especialistas eram consultados os próprios trabalhadores.

Esse projeto arquitetônico consistia basicamente em um edifício de grandes dimensões dotado de equipamentos coletivos suficientes para um numeroso grupo de residentes.

A perspectiva coletivista era naturalmente privilegiada, "a noção tradicional de família era totalmente afastada. Além dos equipamentos coletivos muito desenvolvidos, nota-se que as crianças vivem numa parte da casa que lhes é completamente reservada. Equipada de uma cantina, de uma creche, de um jardim de infância, de uma escola e de um dormitório, o espaço das crianças é autônomo, mas ao mesmo tempo suficientemente permeável para permitir a socialização com o mundo dos adultos. Estes

¹² RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 92.

¹³ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 65.

¹⁴ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 65.

vivem em apartamentos individuais e por um sistema de abertura das paredes, podem-se reunir duas peças numa só".¹⁵

Contudo, ao longo do processo de consolidação da construção dos espaços enquanto tarefa cada vez mais restrita a especialistas, o projeto da casa comuna que na origem fora concebido com a finalidade de possibilitar a coletivização da habitação e sumária eliminação dos preconceitos do passado aos poucos degenerou-se em máquina de habitar onde o ato de morar é mecanicamente previsto e imposto por especialistas, não restando lugar para iniciativas pessoais. Dessa forma, no final "a comuna em palavras se tinha transformado em caserna nos fatos".¹⁶

Com o avanço da salinização da sociedade soviética, as propostas dos desurbanistas foram progressivamente marginalizadas e por fim completamente expurgadas dos planos oficiais. Rodrigues nos recorda que "mau grado a riqueza das propostas e das investigações dos desurbanistas, os projetos destes não foram tomados em conta nem para a cidade nova de Magnitogorsk, nem para a reconstrução de Moscou, para a qual Guinzbourg e Bartch tinham elaborado o plano da "Cidade Verde".¹⁷

Este plano por sinal é bastante ilustrativo por nos revelar não somente o que havia de politicamente correto na proposta de desurbanização (como a percepção das implicações políticas da organização dos espaços), mas também por colocar a descoberto algumas de suas insuficiências.

O Plano da Cidade Verde em suas linhas gerais consistiria em:

- "empreender de uma forma sistemática a dispersão e descentralização das indústrias, dos institutos científicos e das administrações de Moscou através de toda a URSS. E isto não através de uma medida brusca, mas pouco a pouco, preparando no quadro do Plano Quinquenal a infra-estrutura das futuras transferências.
- empreender a transferência progressiva da população de Moscou. Esta população seria realojada ao longo de grandes eixos de circulação que ligam Moscou às cidades vizinhas. Ao mesmo tempo, o proletariado agrícola seria reagrupado ao longo destes eixos; assim as populações urbanas e rurais

¹⁵ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 52.

¹⁶ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 62.

¹⁷ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p.

estariam intimamente misturadas e utilizariam os mesmos equipamentos em matéria de alojamento cultural, etc.

- a única coerção imediata era proibir toda a construção nova em Moscou e criar zonas verdes nos espaços libertos pelas transferências para fora da cidade. Trata-se de fazer de Moscou um vasto parque de cultura e repouso, verdejante, ao qual convergirão as linhas de orientação da nova repartição territorial".¹⁸

Um primeiro problema colocado por tal proposta e que denuncia a mais grave limitação dos autores é a pressuposição de uma intervenção em grande escala no território a partir do planejamento (faz-se mesmo referência explícita ao Plano Quinquenal) o que, naturalmente, abre de imediato a possibilidade de uma ação política centralizada e excludente de controle dos espaços e dos homens, exatamente o que os desurbanistas combatiam. Evidentemente, esse risco torna-se maior quando não se tem uma percepção crítica muito clara frente aos vícios de autoritarismo inerentes à atividade do planejamento.

Por outro lado, um plano (mesmo esse da cidade verde) será sempre um plano, no sentido de que foi elaborado por um grupo reduzido e representará sempre uma intervenção na vida dos homens. A cidade verde não deixa de constituir uma tentativa de ordenamento e controle sobre os espaços dos cidadãos decidida voluntariamente, provavelmente à revelia dos mesmos.

Porém, apesar dessas insuficiências, os desurbanistas souberam melhor do que ninguém, em seu momento histórico, pensar politicamente o espaço e a partir daí contribuir para a superação do problema da dominação entre os homens. No plano da cidade verde tal objetivo revela-se, por um lado, na preocupação em romper com a divisão de trabalho cidade-campo e conseqüentemente nas relações de poder que tal divisão territorial do trabalho impõe e, por outro, na tentativa de abolição da cidade capital, esvaziando-a politicamente de suas funções fundamentais. Nesse sentido, a cidade verde pressupõe a negação da cidade capital, sua supressão do novo quadro espacial do socialismo e conseqüentemente a construção de espaços e comunidades mais autônomos.

Assim, o desurbanismo, apesar de algumas contradições, encontra-se mais próximo de uma práxis que deita raízes nas iniciativas que surgem do seio das comunidades. Práxis que "não se pode desenvolver sem uma

¹⁸ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit.; p. 74.

lula decidida contra o espírito de tutela e de domínio (...). É nessa perspectiva que os desurbanistas propunham a criação de comunidades libertadoras com dimensões controláveis, que se distribuíssem regularmente num território, no qual nenhuma zona devia tornar-se dominante pelo seu peso econômico ou pela concentração no seu seio dos poderes burocráticos, excessivamente centralizados".¹⁹

A análise da intervenção dos desurbanistas no agitado contexto revolucionário soviético dos anos vinte, sem dúvida nos descortina um panorama revelador e sugestivo das imbricadas relações que atam a estruturação dos espaços da sociedade à ação política dos homens, contudo esse caso singular não constitui um momento excepcional, o único capaz de ilustrar essa interação entre espaço e política.

Um outro caso igualmente revelador da interferência da esfera de ação do político na disposição e organização do espaço social e, por outro lado, da eficácia da instrumentalização do espaço para fins políticos pode ser localizado no processo de constituição e unificação do estado ateniense.

Tendo em vista melhor nos situarmos frente a esse processo esboçaremos sinteticamente as referências básicas que o balizam. A sociedade grega tradicional era organizada em termos familiares. Na base do sistema social encontrava-se a família, sendo o lar e não o indivíduo a unidade irreduzível do sistema **social** grego.

Segundo Nisbet²⁰, logo após a família, em ordem de importância, seguia as *gentes*, uma reunião dos lares mais diretamente descendentes de algum ancestral comum. Logo após vinha a *fratria* relacionada a ritos familiares-religiosos e a uma hereditariedade mais abrangente. Situando-se acima dessas instituições familiares existiam as *tribos* que retiravam sua denominação de algum ancestral muito afastado no tempo.

Não existia nenhum Estado político além dessa comunidade familiar. Toda a sociedade linha por medida e por referência a família, de forma que inexistia a propriedade individual somente se reconhecendo a propriedade coletiva de base familiar. A única autoridade admitida era a que se originasse a partir da unidade familiar. Nas palavras de Nisbet "nenhum controle sobre os indivíduos era considerado legítimo, exceto até o ponto em que ele se exercia por meio da família".²¹

¹⁹ RODRIGUES, A. Jacinto - *Urbanismo e Revolução*, op. cit., p. 94.

²⁰ NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

²¹ NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais*, op. cit., p. 41.

Contudo, a crescente expansão da sociedade grega através do comércio e sobretudo da guerra e as novas exigências colocadas aos gregos por tais atividades tornavam a comunidade familiar totalmente inadequada a esse novo quadro que se configurava de forma irreversível, pois a sociedade familiar "não era um dispositivo eficaz para a guerra. Faltava-lhe o comando centralizado, que pode passar pelas unidades intermediárias de clã e lar e chegar aos indivíduos, a unidade de organização que as sociedades militares eficazes requerem (...) sem a interferência da presença de grupos internos tais como famílias e clãs, cada um deles soberano em sua própria esfera".²²

Na decorrer do séc. VI a.C, as atividades bélicas envolvendo Atenas se intensificam, tornando a estrutura social radicada na família uma camisa de força que trava a necessária adequação da comunidade ateniense às novas demandas impostas pela guerra.

Desencadeiam-se pressões e esforços sucessivos para alterar essa base social. Tais tentativas, por outro lado, convergem com o processo de concentração e centralização do poder, pré-requisito indispensável para a própria constituição do Estado ateniense que naquele momento encontrava-se em engendramento.

Tornava-se urgente, portanto, submeter as diversas famílias de Atenas a um poder estatal uno e central. Tal empresa para ser levada a efeito implicava retirar da instituição familiar o monopólio da autoridade, desarticulada enquanto unidade essencial do governo e controle dos cidadãos e, sobretudo, combater o princípio do pluralismo da autoridade que a comunidade familiar subentendia e que representa uma alternativa política radicalmente oposta à lógica do Estado.

A intensa resistência desencadeada pelos grupos domésticos contrários à efetivação dessas mudanças só foi finalmente anulada e superada com as modificações promovidas por Clístenes que, através do reordenamento político do espaço da polis em conjunção com outras medidas complementares, conseguiu, enfim, submeter as unidades familiares a um poder estatal centralizado.

Para tanto, inicialmente foi promovida a dissolução formal das antigas tribos atenienses, o que serviu de ponto de partida para o enfraquecimento e desarticulação de todas as demais estruturas familiares. Foram criados novos grupos sociais, os quais receberam também a denominação de *tribo*, porém estes não eram mais de modo algum ligados à família ou a descendência familiar.

²² NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais*, op. cit., p. 42.

Posteriormente, foram instituídos em Atenas uma centena de pequenos distritos denominados *demes*, equivalentes no tamanho, sendo cada um deles uma unidade territorial com fronteiras distintas. A partir daí, todos os atenienses passaram a pertencer não apenas a uma das novas tribos criadas, mas também a um ou outro dos *demes* territoriais.

Contudo, o golpe de morte sobre a antiga comunidade familiar foi desfechado através da redistribuição das *tribos* pelas diversas *demes* e pelas novas funções outorgadas a essas unidades espaciais.

Assim, dez *demes* eram declarados unidades de uma única *tribo*, mas, em vez de permitir que essas dez fossem contíguas, formando assim, um conjunto territorial que poderia, com o tempo, tornar-se o centro de um grupo perturbador e mesmo potencialmente revolucionário, em Atenas, Clístenes resolveu que as dez *demes* que pertenciam a cada *tribo*, fossem espalhadas por toda Atenas, não permitindo, deste modo, possibilidade de formação de qualquer espécie de aliança baseada em mera contigüidade. Este princípio - uma variação antecipada do princípio "divide et impera" - foi, em certo sentido, o próprio âmago da revolução clísteniana".

A *deme* a partir daí passou a servir de referência quanto a domicílio, direito, deveres, votação etc. Ela, e não mais a família, tornou-se a unidade essencial em Atenas. Mais importante, porém, é que, a partir desse momento, os cargos eletivos se distribuam por essa nova divisão do espaço urbano, originando-se da *deme* os governos que abrangiam Atenas inteira.

Porém, o papel dessas unidades territoriais era ainda mais abrangente. Elas constituam também as unidades de recrutamento militar. Atenas ofereceu dessa **forma**, nas palavras de Nisbet, "o primeiro exemplo claro, na História do Ocidente, de serviço militar".²³ Assim, foi possível criar uma reserva de soldados cuja mobilização não se encontrava mais travada pela autoridade familiar, e, enfim, oferecer a solução **adequada** às **imposições da guerra**.

Portanto, o que constatamos no exemplo ateniense é a clara instrumentalização do espaço com finalidades políticas precisas: esvaziar o sistema de autoridade plural da sociedade familiar e transformar o poder em monopólio exclusivo de uma única instituição, o Estado. Isto implicou na promoção de um poder monolítico e centralizado, adequado às novas exigências apresentadas pelos conflitos militares.

²³ NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais*, op. cit., p. 44.

²⁴ NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais*, op. cit., p. 44.

Dessa forma, o poder, o político há muito vem apropriando-se do espaço* e transformando-o em instrumento privilegiado de exercício do poder. Porém, tal apropriação e instrumentalização vem passando por uma intensificação sem precedente após o advento da sociedade **capitalista**.

Um pensador que vai aprofundar a análise e esquadrihar a questão da ação crescente do poder sobre os espaços na sociedade burguesa nos observou que "a burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, ate mesmo em suas menores partículas".

E essa nova tecnologia do poder, conforme nos demonstrou Foucault, se cristalizou, sobretudo no espaço através da metamorfose deste em lugar de vigilância. Pela organização dos microespaços sociais segundo o princípio do "panopticon" - um novo dispositivo que possibilita ordenar os microespaços de forma a permitir a visibilidade total dos corpos, das pessoas e das coisas para um olhar centralizado. Assim, foi adotada uma organização dos espaços que tornou possível uma visibilidade quase absoluta, permitindo dessa forma o exercício eficaz do poder.

Portanto, o espaço vem apresentando-se de forma crescente como o campo de ação privilegiado do político e da trama da dominação. De forma que compreender a esfera de ação do político tornou-se a condição prévia para peneirmos na intimidade da lógica que ordena a produção do espaço social.

Em conseqüência, se o discurso geográfico aspira esclarecer aos homens acerca das complexas implicações contidas no espaço que constróem, participar da contemporaneidade das novas condições de seu tempo e finalmente contribuir para a construção de uma sociedade sem os constrangimentos impostos pela opressão e exploração que o espaço materializa, não e mais aconselhável descuidar-se da real dimensão do político no desenvolvimento de seu objeto de estudo.

*

Naturalmente, esse processo ocorre de forma diferenciada ao longo da história resultando de especificidades e determinações precisas, próprias de cada momento histórico, o que estabelece, por exemplo, que a apropriação política do espaço na Grécia clássica tenha uma natureza distinta da instrumentalização do espaço pelo poder em uma sociedade capitalista contemporânea.

²⁵ FOUCAULT, M. *-Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 218.